O PEC e a crise Social

31-Mar-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da GraÃ§a M. PintoÂ

Num dos nossos apontamentos de MarÃ§o referimos queÂ Portugal Ã© dos paÃ-ses europeus com menos justiÃ§a social. Segundo dados da ComissÃ£o Europeia, a taxa de risco de pobreza e as desigualdades na distribuiÃ§Ã£o dos rendimentos sÃ£o das mais elevadas na UniÃ£o e o desemprego e a precariedade aumentaram exponencialmente.

Neste contexto, quais as consequÃªncias sociais decorrentes deste Programa de Estabilidade e Crescimento, aprovado em pleno Ano Europeu de Combate Ã Pobreza?

Â O agravamento das condiÃ§Ãµes de vida dos portugueses em consequÃªncia de medidas como o congelamento dos salÃ¡rios Â da funÃ§Ã£o pÃºblica , a reduÃ§Ã£o das prestaÃ§Ãµes sociais aos sectores mais desprotegidos da populaÃ§Ã£o, Â Â atravÃ©s da alteraÃ§Ã£o das regras de acesso ao subsÃ-dio de desemprego e da fixaÃ§Ã£o de um tecto cegoÂ na atribuiÃ§Ã£o do Rendimento Social de InserÃ§Ã£o

Este Plano de Estabilidade e Crescimento, que passou com o beneplÃ¡cito do PSD, nÃ£o aposta na recuperaÃ§Ã£o econÃ³mica , na promoÃ§Ã£o do emprego e Â na reduÃ§Ã£o das desigualdades sociais, constituindo, antes, uma Â grave cedÃªncia Ã s reivindicaÃ§Ãµes da direita que, de hÃ¡ muito, faz passar a mensagem Â de que os desempregados e beneficiÃ¡rios do RSI sÃ£o â€œpreguiÃ§ososâ€• e Â tÃªm uma grande quota parte de responsabilidade nas dificuldades financeiras do Estado.

Este PEC , consagra, tambÃ©m Â a reduÃ§Ã£o Â da presenÃ§a pÃºblica em sectores estratÃ©gicos como osÂ Â transportes, a sua anulaÃ§Ã£oÂ na energia, a diminuiÃ§Ã£o daÂ acÃ§Ã£o da CGD retirando-lhe os seguros e a venda dosÂ CTT e de outros serviÃ§os essenciais Ã promoÃ§Ã£oÂ Â Â da qualidade de vida dos cidadÃ£os e da equidade social e regional.

Â No que respeita Ã equidade social e regional, a privatizaÃ§Ã£o dos CTT, constitui um caso paradigmÃ¡tico. Quando os privados entrarem nesse sector de mercado, poderÃ£o escolher ficar apenas com as zonas lucrativas como as Ã¡reas de Lisboa e Porto, abandonando as zonas mais desertificadas e economicamente deprimidas que dÃ£o prejuÃ-zo.

A lÃ³gica Ã© sempre a mesma! Em nome do equilÃ-brio das finanÃ§as pÃºblicas penalizam-se os mesmos de sempre, os mais desprotegidos, transformados em responsÃ¡veis por todos os males de que padecem as finanÃ§as pÃºblicas.

Ã‰ possÃ-vel inverter este rumo!

Em alternativa Ã s opÃ§Ãµes que espelham a lÃ³gica neo-liberal, o BE apresentou 15 medidas para uma Economia decente, assente na promoÃ§Ã£o do desenvolvimento, da justiÃ§a social e do emprego,Â nomeadamente, atravÃ©s da manutenÃ§Ã£o do controlo pÃºblico dos sectores da economia em que existem monopÃ³lios naturais, ou que tenham uma funÃ§Ã£o estratÃ©gicaÂ no plano econÃ³mico e social , caso da energia,Â dos seguros, e dos transportes ou dos CTTS, e a recuperaÃ§Ã£o financeira do Estado cortando-se nas Â despesasÂ desnecessÃ¡rias no sector pÃºblico.

O que estÃ¡ em causa nÃ£o Ã© uma utopia irrealizÃ¡vel, mas a ruptura com as polÃ-ticas neoliberais que tÃªm conduzido o paÃ-s a sucessivas crises

econÃ³micas e financeiras!

-GraÃ§a Pinto â€“ DirecÃ§Ã£o Distrital do BE â€“ Viseu, 26 de MarÃ§o de 2010 - no Viseumais.com